

PORTARIA nº 279 de 05 de abril de 2022

Renova e Altera a Outorga de direito de uso de
Água Subterrânea a CERVEJARIA
PETRÓPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos; o direito

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 9.612 de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 44, de 11 de outubro de 2011 alterada pela Resolução nº 57 de 11 de Julho de 2013, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 156949/GASUB/CCRH/SURH/2022 de 04 de abril de 2022, acostado nas folhas nº 2.022 e 2.023 (f\v) do protocolo nº 771873/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Renovar e Alterar a outorga a CERVEJARIA PETRÓPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 08.415.791/0001-22, concedida pela Portaria nº 164 de 03/03/2017, publicada no DOE do dia 08/03/2017, referente ao Processo nº 771873/2010, doravante denominado Outorgado, o direito de uso da água subterrânea para finalidade industrial e outros usos. O empreendimento está localizado na Avenida Bonifácio Sacheti, nº 4714, Distrito Industrial, município de Rondonópolis/MT, inserido na Província Hidrogeológica Bacia do Paraná, sob a UPG P-5, com as seguintes características:

I – Coordenadas Geográficas PT 01 – 16°30'55,73" de Latitude Sul e 54°39'40,51" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 225 m³/h por um período de 17,78 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 4.002 m³/dia, conforme consta na Tabela 01 em anexo;

II – Coordenadas Geográficas PT 02 – 16°31'17,62" de Latitude Sul e 54°39'35,75" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e vazão máxima de captação de 240 m³/h por um período de 16,7 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 4.008 m³/dia, conforme consta na Tabela 02 em anexo;

III – O Outorgado deverá manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas;

IV – O Outorgado deverá realizar anualmente a análise físico-química e bacteriológica da água, contendo obrigatoriamente os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, Condutividade, Turbidez, Cor, Cloreto, Sulfato, Fluoreto, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Nitrogênio Amoniacal, Sólidos Totais, Sólidos Suspensos, Sólidos totais Dissolvidos, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Carbonato, Alcalinidade de Bicarbonato, Dureza, Cálcio, Magnésio, Sódio, Potássio, Ferro Total, Manganês, Silica Solúvel, Coliformes Totais, *E. Coli*.

V – O Outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT, o boletim de análise físico-química e bacteriológica da água e o relatório de medições das vazões captadas mensalmente.

VI – Construir e manter, quando e onde determinado pela autoridade outorgante, as instalações necessárias às observações hidrométricas das águas extraídas e lançadas;

VII – Fica condicionado a construção de um poço de monitoramento em um dos dois poços outorgados, para a realização de teste de aquífero e de eficiência do poço conforme estabelece as resoluções CEHIDRO n° 61 de 05 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios para autorização de perfuração de poços tubulares e CEHIDRO n° 62 de 05 de dezembro de 2013, que estabelece critérios para outorga de poços tubulares.

Art. 2° Quando em zona urbana, fica o outorgado responsável pelo atendimento ao disposto no art. 45, §11 do Marco Legal do Saneamento Básico – Lei n° 14.026/2020 regulamentada pelo Decreto n° 10.588, de 24 de dezembro de 2020.

Art. 3° A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 04 de abril de 2027, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1° desta Portaria;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto n° 336, de 6/6/2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 4° Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 18 da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020,

Art. 9º. O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 05 de abril de 2022

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas PT 01 – 16°30'55,73" de Latitude Sul e 54°39'40,51" de Longitude Oeste,
SIRGAS 2000

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	225,000	17,780	31
Fevereiro	225,000	17,780	28
Março	225,000	17,780	31
Abril	225,000	17,780	30
Maior	225,000	17,780	31
Junho	225,000	17,780	30

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	225,000	17,780	31
Agosto	225,000	17,780	31
Setembro	225,000	17,780	30
Outubro	225,000	17,780	31
Novembro	225,000	17,780	30
Dezembro	225,000	17,780	31

Volume Máximo Anual Outorgado (m³) 1.460.182,500

Tabela 02 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas PT 02 – 16°31'17,62" de Latitude Sul e 54°39'35,75" de Longitude Oeste,
SIRGAS 2000

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	240,000	16,700	31
Fevereiro	240,000	16,700	28
Março	240,000	16,700	31
Abril	240,000	16,700	30
Maior	240,000	16,700	31
Junho	240,000	16,700	30

MÊS	Vazão (m³/h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	240,000	16,700	31
Agosto	240,000	16,700	31
Setembro	240,000	16,700	30
Outubro	240,000	16,700	31
Novembro	240,000	16,700	30
Dezembro	240,000	16,700	31

Volume Máximo Anual Outorgado (m³) 1.462.920,000